

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS

REF.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 124/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 543/2023

CRESCER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INJETADOS PLÁSTICOS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.658.463/0001-00, sediada na rua Alpina, 1400, Ana Rech - Caxias do Sul - RS, 95060-030, por sua representante legal **NATÁLIA WASCHOW MINATTO TOSS**, inscrita no CPF sob o nº 007.379.800-28, residente e domicilia na rua Hercília Petry, 80, apto. 301, Ana Rech – Caxias do Sul – RS, 95060-145, vem à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 41º e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993, interpor a presente o **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, ao Edital do Pregão Eletrônico nº: 124/2023, pelos seguintes fundamentos de fato e de direito:

I - DOS FATOS

O objeto a ser licitado – anexo I, TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 01:

“CAMAS EMPILHÁVEIS DE MATERIAL PLÁSTICO, RESISTENTE A MANCHAS, ODORES E LÍQUIDOS, AJUDANDO A PREVINIR A PROLIFERAÇÃO DE BACTÉRIAS E FUNGOS PARA A FAIXA ETÁRIA DA MODALIDADE CRECHE, CADA UNIDADE DEVE SUPORTAR ATÉ 55KG, TENDO O COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,45M, LARGURA 54CM E ALTURA 12CM.

II – DOS ESCLARECIMENTOS

A caracterização desse produto é feita de forma equivocada, em vista que não há um padrão que o manual do FND orienta, desta forma, possibilita que empresas, que não atendem os requisitos do Manual, ofertem produtos de qualidade inferior, prejudicando a qualidade do sono dos usuários e em pouco tempo a prefeitura tendo que licitar novamente essas unidades, pois o descritivo atual da caminha abre um leque de ampla participação com produtos inferiores, e não uma ampla participação com produtos de qualidade.

Como sugestão de descritivo, pode ser utilizado o que consta no catálogo do FNDE, página 72, utilizando ainda na descrição o Certificado Voluntário, atendendo todas as normas ABNT NBR, assim garantindo um produto de qualidade.

III- DA ILEGALIDADE

Ora, ainda que seja legítima a colocação de especificações mínimas para o atendimento integral da necessidade administrativa detectada na fase interna da licitação, **é essencial, para que a exigência seja válida, que não se restrinja o potencial de competidores, sob pena de ferimento ao artigo 3.º, §1.º, inciso I da lei 8666/93:**

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (grifo nosso).

De fato, a exigência do edital é exagerada e restritiva da competitividade, com ferimento direto ao artigo 3.º, §1.º, inciso I da lei 8666/93, já transcrito nesta peça, e ao artigo 3.º, inciso II da lei 10250/2002:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

(...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; (grifo nosso)

Enfim, na medida em que a infundada descrição que consta no Edital está sendo exigida, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Exatamente por integrar a proposta, basta a Administração oferecer as especificações mínimas exigíveis para, a partir desta descrição, analisar as ofertas realizadas pela licitante, não sendo legítimo outorgar a descrição dos produtos pela Administração, de forma unilateral, sob pena de violação direta ao artigo 7.º, §5.º da lei 8666/1993:

Artigo 7.º (...)

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. (grifo nosso)

Como se não bastasse, o item objurgado fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado, pelo mero cotejo com a letra fria da lei, despidiendo é arrostar cometimentos doutrinários ou o posicionamento de nossos Pretórios.

IV – REQUERIMENTOS

Em síntese, requer sejam analisados o ponto detalhado neste pedido de esclarecimento, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Desta forma, o edital deve ser retificado, no que se refere à unilateralidade do produto exigido pela Administração, **adotando apenas a previsão de especificações mínimas dos produtos a serem cotados**.

Solicitamos a administração determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

E que o produto em si, seja retirado do lote, em vista que o procedimento licitatório garante que as contratações sejam feitas de forma imparcial e buscando o que é melhor para a Administração e para a sociedade.

Diante de todo exposto, requer o provimento do presente pedido de esclarecimento, para que esse órgão licitante modifique o item argumentado da licitação, para que assim, outros fornecedores possam participar, por ser tal medida de mais inteira, lúdima e imposterável.

Nesses termos, pede deferimento

Caxias do Sul, 02 de outubro de 2023.

18.658.463/0001-00

CRESCER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
INJETADOS PLÁSTICOS LTDA

RUA ALPINA, 1400
BAIRRO ANA RECH - CEP 95060-030

CAXIAS DO SUL - RS

Natália Waschow Minatto Toss

Representante Legal

CPF: 007.379.800-28 / RG: 8094469874